



Demonstrações contábeis

em 31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente

PEDRA CINZA MINERAÇÃO LTDA.

Índice

Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	5
Balanco patrimonial.....	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12
Composição da administração e gerência geral financeira.....	26

Relatório da administração

31 DE DEZEMBRO DE 2021

(EM MILHARES DE REAIS)

Contexto operacional

A Pedra Cinza Ltda. (“Empresa”) é uma sociedade limitada, constituída em 28 de julho de 2005, e têm como objeto social a exploração e o comércio de minérios em geral, em todo o território nacional, compreendendo pesquisa, lavra e beneficiamento, prestação de serviços geológicos, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais, podendo participar do capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. A sede social da Empresa está localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1752, 15º andar, Pituba, Salvador - Bahia - Brasil.

A Empresa está em fase de pesquisa, realizando atualmente estudos preliminares e sondagens na região centro-sul do Estado da Bahia próxima aos municípios de Caetité e Licínio de Almeida para explorar recursos minerais de ferro e na região noroeste do Estado da Bahia, a cerca de 6 km do município de Lapão, para explorar recursos minerais de zinco e chumbo. Os estudos preliminares e sondagens ainda não apresentaram definição geológica de reservas minerais.

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa apresentou capital circulante líquido negativo, no montante de R\$ 7.032 (2020 R\$ 318), assim como, tem acumulado prejuízo contábil no valor de R\$ 101.674 (2020 – R\$ 49.483). A Empresa conta com o suporte financeiro do Grupo ERG S.á r.l (“Grupo ERG”), através do quotista controlador Bahia Minerals B.V. (“BM BV”), para fornecer recursos necessários para a continuidade de suas atividades operacionais.

Capital social

O capital social autorizado está representado por 71.654.585 (setenta e um milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e cinco) de quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, cujo valor integralizado corresponde a R\$ 33.855 e restando o valor de R\$ 37.800 a integralizar.

Continuidade operacional

Apesar de vários desafios relacionados ao COVID-19, em 2021, a Empresa tomou medidas, de acordo com as recomendações da OMS e o Ministério da Saúde, para preservar a saúde de seus colaboradores e garantir a prevenção do contágio em suas áreas administrativas e operacionais, como o (a) trabalho em casa para as áreas administrativas, (b) implementação do horário flexível para as áreas não fechadas, (c) limpeza rigorosa dos locais de trabalho, (d) distribuição de equipamentos de proteção individual, (e) testes constantes de todos os colaboradores e terceirizados e (f) medição da temperatura corporal. A Empresa avalia que não houve impactos e/ou eventos, relacionados a ao COVID 19, que afetassem o momento da Empresa, bem como o seu futuro operacional.

A Administração da Empresa elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação o suporte financeiro de seu acionista controlador, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para os obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado é considerado julgamentos críticos pela administração da Empresa.

Responsabilidade da Administração

Confirmamos com o melhor de nosso conhecimento que as demonstrações contábeis da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil, que os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021, o desempenho das operações e os fluxos de caixa, juntamente com as descrições dos principais riscos e incertezas que a Empresa enfrenta.

Administradores

Os Administradores em exercício durante o ano de 2021 e até à data de assinatura das demonstrações contábeis de 2021 encontram-se a seguir indicados.

Eduardo Ledsham

Administrador

Alexandre Aigner

Administrador



Edifício Guimarães Trade
Av. Tancredo Neves, 1.189
17º andar - Pituba
41820-021 - Salvador - BA - Brasil

Tel: +55 71 3501-9000
Fax: +55 71 3501-9019
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Quotistas e Administradores da
Pedra Cinza Mineração Ltda.
Salvador - Bahia

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Pedra Cinza Mineração Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - incertezas envolvendo as atividades exploratórias da Empresa

Chamamos a atenção para a nota explicativa 6 às demonstrações contábeis, que indica que a Empresa despendeu montantes significativos relacionados principalmente às licenças de exploração, cuja recuperação está sujeita ao sucesso de suas campanhas exploratórias em andamento. O investimento em montantes significativos na exploração de reservas minerárias pode não resultar em descoberta de reservas economicamente viáveis. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos caso os investimentos não apresentem o resultado esperado, que depende do sucesso de suas operações futuras. Adicionalmente, a Empresa incorreu no prejuízo de R\$ 47.347 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Empresa excedeu o ativo circulante em R\$ 7.032 mil. Os planos da administração em relação às suas atividades operacionais estão descritos nas notas explicativas 1 e 3(a). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



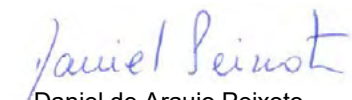
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 08 de novembro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC-1BA025348/O-9

Balanço patrimonial

31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.211	863
Outros ativos		268	14
		3.479	877
Não circulante			
Outros ativos		12	9
		12	9
Imobilizado		120	160
Intangível	6	29.425	29.431
		29.545	29.591
Total do ativo		33.036	30.477
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	4.926	198
Partes relacionadas	8	4.526	-
Outros passivos		1.059	361
		10.511	559
Não circulante			
Empréstimos	8	21.314	22.292
Provisões para riscos trabalhistas	9	233	322
Recuperação ambiental	10	52.814	15.486
		74.361	38.100
Total do passivo		84.872	38.659
Patrimônio líquido negativo			
Capital social	11 (a)	37.447	33.855
Contribuição ao capital	11 (b)	7.547	7.446
Prejuízos acumulados		(96.830)	(49.483)
		(51.836)	(8.182)
Total do passivo e patrimônio líquido negativo		33.036	30.477

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTES INTEGRANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.

Demonstração do resultado

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	Nota	2021	2020
Despesas gerais e administrativas	12	(11.517)	(3.595)
Outras despesas, líquidas	13	(33.615)	(11.676)
Prejuízo operacional		(45.132)	(15.271)
Receitas financeiras		28	6
Despesas financeiras		(2.243)	(1.437)
Resultado financeiro	14	(2.215)	(1.431)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(47.347)	(16.702)
Tributos sobre o lucro		-	-
Prejuízo do exercício		(47.347)	(16.702)

Demonstração do resultado abrangente

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(47.347)	(16.702)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(47.347)	(16.702)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

	Nota	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Contribuições ao capital acumuladas	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2020		31.113	-	6.446	(32.781)	4.595
Aumento de Capital	11 (a)	40.542	(40.542)	-	-	-
Integralização de capital social	11 (a)	-	2.742	-	-	2.742
Contribuição ao capital	11 (b)	-	-	1.183	-	1.183
Prejuízo do exercício		-	-	-	(16.702)	(16.702)
Em 31 de dezembro de 2020		71.655	(37.800)	7.446	(49.483)	(8.182)
Integralização de capital social	11 (a)	-	3.592	-	-	3.592
Contribuição ao capital	11 (b)	-	-	101	-	101
Prejuízo do exercício		-	-	-	(47.347)	(47.347)
Em 31 de dezembro de 2021		71.655	(34.208)	7.547	(96.830)	(51.836)

Demonstração dos fluxos de caixa

PERÍODO DE 19 DE JULHO (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(47.347)	(16.702)
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício			
Depreciação e amortização		21	32
Provisões	9 e 10	37.239	11.738
Juros sobre empréstimos	14	2.224	1.331
Outros		29	(2)
Variações no capital circulante			
Fornecedores	7	4.496	(3.855)
Outros ativos e passivos		673	(177)
Caixa líquido usado para atividades operacionais		(2.665)	(7.635)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		(4)	(170)
Aquisição de intangível	6	-	(16)
Caixa líquido usado para atividades de investimento		(4)	(186)
Atividades de financiamento			
Empréstimos e recursos de partes relacionadas	8	1.324	4.757
Contribuições ao capital de partes relacionadas	11 (b)	101	1.183
Aporte de capital social de quotista	11 (a)	3.592	2.742
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		5.017	8.682
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		2.348	861
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		863	2
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	3.211	863

Notas explicativas às demonstrações contábeis

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. Contexto operacional

A Pedra Cinza Ltda. (“Empresa”) é uma sociedade limitada, constituída em 28 de julho de 2005, e têm como objeto social a exploração e o comércio de minérios em geral, em todo o território nacional, compreendendo pesquisa, lavra e beneficiamento, prestação de serviços geológicos, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais, podendo participar do capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. A sede social da Empresa está localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1752, 15º andar, Pituba, Salvador - Bahia - Brasil.

(a) Impactos do Covid-19 (Coronavírus)

Apesar dos desafios impostos pela pandemia da COVID-19 ao longo de 2021, a Empresa adotou medidas em conformidade com as recomendações da OMS e do Ministério da Saúde com o intuito de preservar a saúde de seus colaboradores e garantir a prevenção do contágio em suas áreas administrativas, como o (a) trabalho remoto para as áreas adminis-

trativas, (b) implementação do horário flexível para as áreas não paralisadas ao longo do período, (c) higienização rigorosa dos locais e postos de trabalho, (d) distribuição de equipamentos de proteção individual, (e) testagem periódica de todos os colaboradores e terceirizados e (f) medição de temperatura corporal, dentre outros. A Empresa avalia que não houve impactos e/ou eventos, relacionados à pandemia da COVID 19, que afetassem o momento da Empresa, bem como o seu futuro operacional.

(b) Aprovação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Empresa em 08 de novembro de 2022.

2. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir perdas ou ganhos com valor justo de alguns instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa, no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 3.

2.2 Novas normas, interpretações e revisões emitidas

(a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

Durante o exercício de 2021, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IASB a revisão das normas listadas abaixo, já vigentes no exercício de 2021. Tais pronunciamentos contábeis se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2021, e as alterações foram avaliadas pela Administração da Empresa, e não houve impactos em suas demonstrações contábeis quanto a sua aplicação.

- CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos;
- CPC 11 / IFRS 4 – Contratos de Seguro;
- CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Combinação de Negócios;
- CPC 25 / IFRS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- CPC 27 / IAS 16 – Ativo Imobilizado;
- CPC 40 / IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação; e
- CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo:

- CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; e
- CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de seguros.

A Administração da Empresa está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, na medida que os normativos estiverem regulamentados.

2.3 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa está inserida (“a moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Empresa.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais incorridos nessas transações e na conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante

conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

A Empresa classifica, mensura e reconhece seus ativos financeiros sob a categoria “mensurados ao custo amortizado”. A classificação de ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios adotado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

(a) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

(b) Mensuração

No reconhecimento inicial, a Empresa mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Subsequentemente, serão mensurados pelo custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.

(c) Impairment de ativos financeiros

A Empresa mantém como ativos financeiros, sujeitos a perda esperada de crédito estabelecida pelo CPC 48 / IFRS 9, caixa e equivalente de caixa.

A Empresa avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos ativos financeiros registrados ao custo amortizado.

A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

2.6 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Edificações, máquinas e equipamentos, veículos, computadores periféricos, móveis e utensílios e instalações são demonstrados pelo custo histórico.

O custo histórico do ativo imobilizado inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, quando aplicável, também pode incluir os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos em moeda estrangeira, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item sejam gerados e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é registrado como despesa se os critérios de reconhecimento de imobilizado não são cumpridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são reconhecidos em “despesas gerais e administrativas” na demonstração do resultado.

(b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Empresa obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os terrenos não são depreciados e a depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus respectivos valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Edificações: de 10 a 60 anos;
- Máquinas e equipamentos: de 5 a 30 anos;
- Móveis e utensílios: de 2 a 30 anos; e
- Outros ativos: de 2 a 30 anos.

2.7 Intangível

(a) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos a serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa conforme incorridos.

(b) Direitos minerários

Os direitos minerários são avaliados pelo valor de custo de aquisição e sujeitos a testes de recuperação (*impairment*). A amortização dos direitos minerários será calculada pelo período de vida útil estimado da mina com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas provadas.

2.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

No caso de ativos relacionados à exploração mineral, as estimativas utilizadas para a verificação de *impairment* serão revisadas com base no Estudo de viabilidade econômica, e que atende aos requerimentos de avaliação de *impairment* mencionados no IAS 36. Os fluxos de caixa são baseados em:

- Estimativas de capacidade de produção da mina de minério de ferro do projeto;
- Níveis de produção futuros de minério de ferro;
- Estimativas futuras da cotação de preços do minério de ferro no mercado ativo; e
- Custos futuros de produção, gastos com investimentos na mina, gastos com restauração da área a ser explorada, e gastos com danos ambientais.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida que ainda não estejam sendo amortizados são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

A administração avaliou possíveis perdas de valor recuperável dos seus ativos e não identificou efeitos nos exercícios apresentados.

2.9 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.10 Empréstimos

Os empréstimos são tomados com partes relacionadas e são apresentados pelos valores em moeda estrangeira, convertidos para reais na data do balanço. Tais empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, sendo que não ocorreram custos da transação na sua aquisição e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. A despesa de juros sobre

empréstimos é reconhecida no resultado através do método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos dos empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Empresa relativos ao empréstimo.

A Empresa é parte em contratos de mútuos com seu acionista controlador e com as subsidiárias de seu acionista controlador. Os recursos recebidos sob os contratos de mútuos representam empréstimos e contribuições ao capital. A diferença entre o valor dos empréstimos reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e o montante recebido sob os contratos de PPL é reconhecida como uma contribuição ao capital no patrimônio líquido.

2.11 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Empresa liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer

item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Empresa encontra-se em fase de pesquisa e não possui receitas ou rendas sujeitas à tributação pelo imposto de renda ou contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social, diferidos ativos, são reconhecidos somente na proporção em que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

A Empresa decidiu por não reconhecer os impostos diferidos ativos, tendo em vista encontrar-se em fase de pesquisa.

2.13 Capital social

As quotas são classificadas no patrimônio líquido.

2.14 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos para o próximo exercício financeiro estão descritas a seguir.

(a) Continuidade operacional

A Administração da Empresa elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera o suporte financeiro de seu quotista controlador, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para os obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em sua plenitude e em um período apropriado são considerados julgamentos críticos pela Administração da Empresa.

(b) Taxa de juros sobre empréstimos

As transações de empréstimos, necessárias para a liquidação das obrigações da Empresa, não prevê a incidência de juros. Com isso, o valor justo reconhecido pela Empresa busca refletir o custo de captação de recursos em um ambiente de livre concorrência. Onde a taxa de desconto utilizada deve refletir as avaliações atuais do mercado, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos das transações.

(c) Perda (impairment) do intangível

O intangível da Empresa, composto por direitos minerários e contratos de servidão, é revisado anualmente para verificar se há indicativos de *impairment* ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Uma perda por *impairment* será reconhecida pela diferença entre valor contábil do ativo excedente e o valor recuperável verificado.

Os direitos minerários da Empresa correspondem os processos de pesquisa e estudo mineral concedidos pela Agência Nacional de Mineração (“ANM”), compostos pelo custo

histórico de pesquisa, consultorias técnicas e sondagens, cuja amortização será iniciada quando começar a produção mineral e em prazo que corresponderá à vida útil estimada das reservas provadas.

(d) Recuperação ambiental

A Empresa utiliza julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes a provisão de recuperação de áreas degradadas e esses julgamentos e premissas seguem as diretrizes previstas pela Deliberação Normativa COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental) nº 145, empregada pelo órgão ambiental do Estado de Minas Gerais para mensuração e classificação de impactos ambientais de empreendimentos minerários exauridos e em fase de descomissionamento. As obrigações provisionadas são mensuradas considerando valores de mercado para contratação de mão de obra especializada, locação de máquinas e equipamentos, remoção de pilhas, desmonte de máquinas, edificações, recuperação e reflorestamento das áreas impactadas.

4. Gestão de risco financeiro

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre substancialmente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito de partes relacionadas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(b) Risco de liquidez

A administração monitora as previsões contínuas das necessidades de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades. Essa condição é obtida, essencialmente, pela obtenção de recursos financeiros de seu quotista controlador.

(c) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros da Empresa são: caixa e equivalentes de caixa, partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

		Categoria	2021	2020
Ativos <i>conforme balanço patrimonial</i>				
Caixa e equivalentes de caixa	Ao custo amortizado		3.211	863
			3.211	863
Passivos <i>conforme balanço patrimonial</i>				
Fornecedores	Ao custo amortizado		4.926	198
Partes relacionadas	Ao custo amortizado		25.840	22.292
			30.766	22.490

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma liquidação ou venda forçada.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Empresa.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Depósitos bancários	201	7
Aplicações financeiras de curto prazo	3.010	856
	3.211	863

As aplicações financeiras, de risco baixo de crédito, referem-se substancialmente às aplicações em Operações Compromissadas, Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI), com liquidez diária (disponível para saques e transferências), com rentabilidades vinculadas aos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”).

6. Intangível

	Direitos minerários (i)	Outros	Total
Custo			
Em 1º de janeiro de 2020	29.405	22	29.427
Adições	-	9	9
Em 31 de dezembro de 2020	29.405	31	29.436
Amortização acumulada			
Em 1º de janeiro de 2020	-	(2)	(2)
Amortizações	-	(3)	(3)
Em 31 de dezembro de 2020	-	(5)	(5)
Saldo contábil			
Em 31 de dezembro de 2020			
Custo total	29.405	31	29.436
Amortização acumulada	-	(5)	(5)
	29.405	26	29.431

	Direitos minerários (i)	Outros	Total
Custo			
Em 1º de janeiro de 2021	29.405	31	29.436
Adições	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	29.405	31	29.431
Amortização acumulada			
Em 1º de janeiro de 2021	-	(5)	(5)
Amortizações	-	(6)	(6)
Em 31 de dezembro de 2021	-	(11)	(11)
Saldo contábil			
Em 31 de dezembro de 2021			
Custo total	29.405	31	29.436
Amortização acumulada	-	(11)	(11)
	29.405	20	29.425

(i) Os direitos minerários da Empresa correspondem aos processos de pesquisa e estudo mineral concedidos pela Agência Nacional de Mineração (“ANM”), compostos pelo custo histórico de pesquisa, consultorias técnicas e sondagens, cuja amortização será iniciada quando começar a produção mineral e em prazo que corresponderá à vida útil estimada das reservas provadas.

7. Fornecedores

	2021	2020
Serviços	4.697	-
Outros	229	198
	4.926	198

8. Partes relacionadas

(a) Transações e saldos

	2021		2020	
	Passivo circulante	Resultado financeiro	Passivo circulante	Resultado financeiro
Bahia Mineração S.A. (i)	4.526	(689)	-	-
Bahia Mineração S.A. (ii)	21.314	(1.535)	22.292	(1.331)
Saldo em 31 de dezembro	25.840	(2.224)	22.292	(1.331)

(i) Contrato de rateio de gastos administrativos

A Empresa possui contrato de rateio de gastos administrativos (“*cost sharing*”) com a Bahia Mineração S.A. (“BAMIN”). O contrato de *cost sharing* possui correção dos montantes rateados através do índice de inflação até a data de pagamento.

(ii) Contrato de mútuo

Os contratos de mútuo, entre a Empresa e a BAMIN, tem uma taxa de desconto de 8,25% (2020, 8,25%), onde os custos de empréstimos foram de R\$ 1.535 (2020, R\$ 1.331), assim como, têm estimativa de pagamento para o ano 2026.

(b) Transações e movimentações

	2021	2020
Saldo inicial em 1º de janeiro	22.292	16.204
Ingresso de recursos monetários	1.425	5.940
Juros e variação cambial, líquidos	2.224	1.331
Contribuição ao capital	(101)	(1.183)
Saldo final em 31 de dezembro	25.840	22.292

9. Provisões para riscos trabalhistas

	2021	2020
Riscos trabalhistas	233	322
	233	322

A Empresa possuía alguns consultores com dedicação exclusiva, que recebiam seus rendimentos por meio de pessoas jurídicas. Baseada na análise conjunta com seus assessores jurídicos, a Empresa decidiu por reconhecer provisão para contingências visando cobrir prováveis perdas com processos judiciais para liquidação de obrigações trabalhistas, caso tais consultores fossem contratados como empregados da Empresa.

(a) Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados

Na data base de 31 de dezembro de 2021, na esfera Cível, foram identificados alguns passivos contingentes no montante de R\$ 2.341 (2020 - R\$ 800) não provisionados e de risco possível. Estando, estes litígios, em discussão e sendo acompanhados pelos assessores jurídicos da Empresa.

Conforme informações dos assessores jurídicos, não existem outras demandas judiciais contra a Empresa que possam impactar suas demonstrações contábeis e que venham requerer constituição de provisão além daquelas já registradas.

De acordo com a legislação vigente, as operações da Empresa estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos. Conseqüentemente, contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas neste momento.

10. Recuperação ambiental

	2021	2020
Provisão para recuperação de áreas degradadas	52.814	15.486
	52.814	15.486

A Empresa utiliza julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes a provisão de recuperação de áreas degradadas pela atividade de mineração desenvolvida pelo grupo societário que detinha os direitos econômicos da Empresa até o ano de 2012, ano em que o Grupo ERG adquiriu os direitos econômicos da Empresa.

O montante provisionado refere-se às estimativas de recuperação ambiental e desmonte das estruturas, como parte das obrigações previstas no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (“PRAD”).

As estimativas explanadas acima seguiram as diretrizes previstas pela Deliberação Normativa COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental) nº 145, empregada pelo órgão ambiental do Estado de Minas Gerais para mensuração e classificação de impactos ambientais de empreendimentos minerários exauridos e em fase de descomissionamento. O valor provisionado foi mensurado em valores de mercado para contratação de mão de obra especializada, locação de máquinas e equipamentos, remoção de pilhas, desmonte de máquinas, edificações, recuperação e reflorestamento das áreas impactadas.

11. Patrimônio líquido negativo

(a) Capital social

O capital social autorizado está representado por 71.654.585 (setenta e uma, seiscentos e cinquenta e quatro, quinhentos e oitenta e cinco) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, cujo valor integralizado corresponde a R\$ 37.447 e restando o valor de R\$ 34.208 a integralizar.

(b) Contribuição ao capital

As contribuições ao capital estão representadas pelo montante acumulado de R\$ 7.547 (2020 – R\$ 7.446), sendo em 2021 R\$ 101 (2020 – R\$ 1.183).

12. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Consultorias, assessorias e serviços técnicos	8.361	1.719
Salários, férias, 13º salário e encargos	2.196	1.177
Outros	960	699
	11.517	3.595

13. Outras despesas, líquidas

	2021	2020
Provisão para recuperação de áreas degradadas	37.329	11.734
Reversão (provisão) para riscos trabalhistas	(90)	4
Outros	(3.624)	(62)
	33.615	11.676

14. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Receitas de aplicação financeira	28	6
	28	6
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(2.224)	(1.331)
Outras despesas financeiras	(19)	(106)
	(2.243)	(1.437)
Resultado financeiro líquido	(2.215)	(1.431)

Composição da administração e gerência geral financeira

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Administração

Eduardo Ledsham
Administrador

Alexandre Aigner
Administrador

Gerência Geral Financeira

Igor Berbert
**Gerente Geral
Financeiro**

Rilson Cruz
Contador
CRC BA 036891/O-5



www.pedracinza.com.br